



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - TRÁFICO DE ANIMAIS E PLANTAS SILVESTRES		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0008/03	DATA: 07/01/03
INÍCIO: 15h03min	TÉRMINO: 17h53min	DURAÇÃO: 01h42min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h44min	PÁGINAS: 44	QUARTOS: 21
SUPERVISÃO: Amanda, Ana Maria, Yoko		
CONCATENAÇÃO: Yoko		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA — Coordenador do Grupo Ambientalista da Bahia — GAMBÁ. JOHANN ZILLINGER — Traficante.

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES
Há oradores não identificados. Há intervenções ininteligíveis. Há intervenções inaudíveis. Há expressões ininteligíveis. Há expressão inaudível. Grafias não confirmadas: Geane Gomes Pereira; Alfred Market. A reunião foi suspensa e reaberta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – *(Ininteligível.)* reunião da CPI que investiga o tráfico de animais e plantas, gostaria de solicitar ao Sr. Renato Cunha, Coordenador do GAMBÁ, que venha até a mesa e sente-se à direita do Relator. *(Pausa.)* Antes de ouvirmos o depoimento do Sr. Renato Cunha, gostaria de fazer um breve relato, até para que conste nas notas taquigráficas da Comissão, um breve relato da nossa visita ao Estado do Paraná, especificamente Foz do Iguaçu e Cascavel. Esta CPI ouviu cinco pessoas envolvidas com o tráfico de animais, apreendeu aproximadamente duzentos animais, sendo que alguns extremamente raros. Além disso, identificou, principalmente na questão da Ponte da Amizade, como acontece o tráfico de animais. Foi muito interessante uma apreensão. Gostaria até de relatar aos senhores. Essa apreensão foi feita num carro cheio de galinhas, galinhas, galinhas, e, lá no meio, tinha uma arara. Apreendemos isso aqui, e eu gostaria até que depois, o Deputado Luizinho, nós tivéssemos uma conversa quando terminássemos. Isso aqui são anilhas, encaminhadas por uma federação, a Federação Brasileira de Passeriformes. São anilhas que a pessoa pediu sem ter os filhotes, sem ter os animais. Ou seja, ele tinha em sua posse. Nesse caso aqui, são dez, nós acreditamos até que fosse muito mais do que isso. Apreendemos e trouxemos dez anilhas que estavam na posse de um criador, um criadouro de passeriformes, estava em fase de regularidade, para ser regularizado. E mostrando também que essas federações, a Federação Brasileira... E eu até esqueci o nome desse senhor agora, acho que Sr. Amarildo, se não me engano, lá de São Paulo, um dos possíveis envolvidos no “tornar quente”, vamos chamar assim, com o uso das anilhas. São anilhas fechadas. Ele... E eu achei muito interessante, porque, no depoimento dele, ele falou: *“Mas eu não sabia, eu não sabia que não era permitido. Só depois do animal nascer que eu dou anilha. Eu não sabia que isso só poderia fazer assim”*. Consta inclusive em várias determinações do IBAMA como fazer a questão da anilha. Então, trouxe, nós apreendemos, está aqui de posse da Comissão. Depois quem quiser ver também fique à vontade. E a Federação faz o seguinte, Deputado: um dos sócios, ele liga para sua associação, filiada à Federação, e diz assim: *“Eu quero dez anilhas para tal, tal, tal e tal passarinhos”*. Esses passarinhos aqui existem no papel. Eles não existem fisicamente, mas existem. No caso aqui são dez cardeais. São dez cardeais que estão com certidão



de nascimento, vamos chamar assim. São essas anilhas. Têm seu número, e, na Federação Brasileira e para o IBAMA, esses animais existem, só que, realmente, eles não nasceram. Segundo o criador, eram anilhas para quando o animal nascesse. Só que eles não nasceram e já existem para o IBAMA. Dentro da relação que o IBAMA tem em sua sede, em Brasília, esses animais estão vivos e passando muito bem. Só que eles não existem. As anilhas estão aqui. E isso, como eu falei, regularizando, podendo servir como... servindo inclusive, se nós levarmos em consideração que, nesse caso, nós conseguimos apreender. Mas quantas milhares dessas anilhas não foram emitidas, essas certidões, vamos chamar, de nascimento não foram emitidas por essa Federação Brasileira dos Passeriformes? Esse senhor inclusive, o Presidente da Associação, será seu nome levado ao Ministério Público, para que seja investigado se existe má-fé ou se, realmente, ele não sabe, ele não ouviu, ele não sabe que existem determinações do IBAMA que só depois de nascimento é que se dá anilha. Isso é uma das coisas vistas lá. E também o corredor. O corredor de um lugar chamado Cascavel, no interior do Estado, onde lá os pássaros são recondicionados, vamos chamar assim. Eles vêm pela ponte, ou vão pela ponte, tanto os que vão sair do Brasil, como os que vêm, vêm do Paraguai, de toda a América do Sul para dentro do Brasil. Eles, em Cascavel, passam pelo período de recondicionamento, ou seja, eles vêm cansados, vêm com fome, vêm com isso, vêm em um ambiente alienígena a eles, e lá eles são recondicionados, eles são reaproveitados, eles são reaproveitados não, eles são recondicionados, a palavra acho que é essa mesmo, são recondicionados, eles são preparados para um novo transporte tanto de um lado, quanto de outro. Então, existem vários criadouros lá especificamente para isso. Colhemos o depoimento, depoimentos de cinco pessoas, não é, Ribamar? Cinco pessoas. Estão gravadas, as fitas já devem estar com a Secretaria, depois devem ser transcritas, os depoimentos foram dados, inclusive com cobertura da imprensa, até para mostrar para aquela região que a CPI, como região de trânsito, região de recondicionamento, a CPI esteve lá e vai voltar. Acho até interessante nós encaminharmos ao IBAMA uma solicitação, uma recomendação para que reveja toda aquela... E outra coisa, pessoas da mesma maneira que acontece em Belém, que aconteceu em Belém, que aconteceu em outros lugares, pessoas da sociedade, pessoas que, até então, acima de qualquer



suspeita, envolvidas, envolvidas nessa questão, que, a todo momento, vem se tornando bastante clara, que é altamente lucrativa, questão específica de... Eu até uso uma expressão que digo o seguinte, Sr. Relator: se o traficante do Rio de Janeiro soubesse que as aves, o tráfico de animais dá tanto dinheiro, os morros do Rio de Janeiro virariam viveiros. Largariam... Porque você não precisa de nada, você não vai preso, é só levar. Então, só para ter uma idéia de valor de mercado, a nível de mercado, valor de mercado, no mercado negro, esses 200 pássaros apreendidos pela CPI estão avaliados em aproximadamente 200 mil, 210 mil reais. A nível de mercado internacional, elevaria o preço até 2 milhões de reais. Então, é que os traficantes do Rio ainda não sabem disso. Mas então vamos ao depoimento do Sr. Renato. Sr. Renato, o senhor tem vinte minutos para sua exposição inicial. É evidente que nós não vamos nos prender muito ao tempo, mas como temos certeza da sua altíssima capacidade de síntese, esses vinte minutos serão, assim como o Deputado Asdrubal... Aliás, são duas pessoas que eu conheço que têm capacidade de síntese absurda. Eu acho assim que tem que ser colocada no livro dos recordes. Primeiro, o Deputado Asdrubal Bentes, porque o Deputado Asdrubal Bentes tem essa capacidade única de síntese. Ele vai falar, e o senhor vai saber por quê, Sr. Renato.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Eu gostaria de fazer uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Questão de ordem do Deputado Asdrubal Bentes

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Pela manhã, nós adotamos um procedimento, digamos assim, rito sumário, em que, ao invés de maiores delongas numa exposição, o Relator passava a fazer as indagações, e o depoente, aí, passava a explanar diante das perguntas. E, se ele tiver mais alguma coisa que fazer, ele faria também logo a seguir, nas suas conclusões. Com isso, nós ganharíamos mais tempo para ouvir aquele depoente preso.

(Não identificado) – Sr. Johann.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Acho que foi até requerimento seu que o Sr. Johann veio para cá, se não me engano, não é, Deputado?



O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Creio que sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Eu acho que sim, acho que foi requerimento de V.Exa. Só que, nesse caso específico, como me parece que o Sr. Renato Cunha coordena uma série de ONGs — pelo menos foi essa a nossa informação —, eu acho ideal que se faça e mantenha nossa tradição. E já conversei com o Relator, o Relator também é dessa opinião. Que o senhor faça uma breve exposição, dê um panorama daquilo que o senhor tem de experiência, que o senhor vem acumulando experiência, e, aí sim, iniciaremos o período de perguntas. Sr. Renato Cunha, coordenador do GAMBÁ, primeiro o senhor vai dizer para a gente o que é o GAMBÁ e depois as atividades e sua experiência nesse aspecto próprio dessa CPI, que estuda especificamente tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros.

O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA – Obrigado. Tenho que ler isso aqui primeiro, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Por favor.

O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA – *“Faço, sob a palavra de honra a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.”* Muito obrigado pela oportunidade de estar aqui presente. A gente não tinha sido convocado, mas, ao saber da reunião aqui em Salvador, a gente teve oportunidade de estar aqui presente, e gostaria de relatar algumas questões que a gente domina e que a gente trabalha aqui no Estado da Bahia, e também porque a gente foi citado inúmeras vezes, tanto eu, quanto a minha entidade, outras entidades parceiras no depoimento do gerente do IBAMA aqui inicialmente. O GAMBÁ é um grupo ambientalista da Bahia, uma entidade aqui de Salvador, sediada no Estado, com uma atuação em nível nacional. Há vinte anos que a gente tem um trabalho aqui na defesa do meio ambiente, tanto atuando na avaliação das políticas públicas, na educação ambiental, informação ambiental e fazendo projetos demonstrativos. Temos um convênio até com o Ministério do Meio Ambiente, através do PDA, onde a gente faz recuperação de área degradada, em área rurais aqui mais ao sul de Salvador, fazemos o controle do tráfico de animais silvestres também. O Coordenador do projeto está aqui, Elbano Paschoal, que inclusive fazemos isso em parceria com o Ministério Público e com o IBAMA. A gente também não é sempre adversário do IBAMA. A gente é colaborador



e parceiro do IBAMA, e muitas das nossas atividades e do Ministério do Meio Ambiente tanto na gestão do então Ministro Sarney Filho, quanto até então também com o Ministro José Sarney... E já tivemos até oportunidade de ter uma audiência com a nova Ministra, Marina Silva, para continuar propostas de ações pró-ativas para a defesa do meio ambiente na Bahia e no Brasil. No Brasil também, porque a gente atua não só no GAMBÁ, mas a gente tem oportunidade de estar na coordenação da Rede de ONGs da Mata Atlântica. É uma rede que envolve 224 entidades filiadas nos dezessete Estados onde está a Mata Atlântica, e uma das preocupações da Rede também, dentro do seu plano estratégico, do trabalho e da preocupação que se tem, é com a questão da Bahia, especificamente o sul da Bahia, extremo sul da Bahia, onde a extração madeireira vem se postergando por muito tempo, apesar da pouquíssima quantidade de Mata Atlântica, já dita pelo Deputado Sarney, aqui. Infelizmente, ainda acontecem liberações de desmatamento. A gente... Quer dizer, pegando alguns pontos da colocação do gerente do IBAMA anteriormente sobre as denúncias que a gente faz. A gente faz denúncia. É um papel das ONGs, é um papel da sociedade civil, papel que tem no controle social, e nunca é para denegrir imagem de órgão algum, é apenas para ser efetivamente apuradas aquelas denúncias, aquelas demandas que chegam à gente, ou a gente procura através de outras entidades parceiras e tudo, no sul, extremo sul, pensando só na Mata Atlântica, e que a gente vem sempre trabalhando para que seja apurado tudo isso. Inclusive, na gestão do então Ministro Sarney, encaminhamos até, há um ano atrás, acho que lá pelo dia 7 ou 8 de janeiro do ano passado, um dossiê para o Ministério do Meio Ambiente, na pessoa inclusive do então Ministro, para o Presidente do IBAMA, na época, um dossiê, uma série de denúncias de desmatamentos tanto ilegais, completamente ilegais, que não tinham autorizações nenhuma do IBAMA, ou em outras que tinham autorizações do IBAMA também. Tanto oriundos de áreas de plano de manejo, dito aqui que estão suspensos — efetivamente, a gente acha que estão suspensos —, mas no papel formalmente, porque madeiras oriundas dessas áreas onde tinha plano de manejo anteriormente existe liberação de ATPFs dessas áreas para transporte de madeira. Ou seja, a gente faz denúncia, fizemos denúncias muitas vezes ao gerente do IBAMA aqui, mas, vendo a incapacidade da solução do problema, a gente começou a encaminhar



as denúncias para Brasília, para o Presidente do IBAMA, para o Ministro do Meio Ambiente, para que isso fosse... tivesse um controle maior, de acordo com as denúncias que sempre se tem, os indícios que se tem de omissão ou muitas vezes comprometimento de funcionários do IBAMA, como já foi dito aqui várias vezes, que tem indícios sérios de até corrupção nova. A gente não pode provar isso, não temos prova, mas tem indícios concretos, inclusive dito pelo próprio Diretor de Fiscalização do IBAMA a essa CPI, que a gente teve oportunidade de escutar pela televisão agora, em dezembro, numa audiência pública lá em Brasília, onde foi dito isso. E sempre: cadê as provas? A gente, efetivamente, não tem as provas. O corregedor que fez uma avaliação, uma auditoria, através de uma Comissão de Inquérito lá na região de Eunápolis, Porto Seguro, acabou dito pelo Presidente do IBAMA, Rômulo Melo, Presidente até ontem, porque o novo tomou posse ontem, que não chegou a nós ainda esse relatório, mas foi dito que ele não chegou a nenhuma conclusão objetiva, e até o Presidente do IBAMA teve um descontentamento com a solução, porque ele acha também, todos acham que tem algum problema. Só que, na hora da apuração, não se consegue chegar a conclusão objetiva para apurar e para punir responsável. Inclusive, foi dito aqui que a gente teria dito na imprensa que dezoito funcionários do IBAMA tinham sido demitidos, ou iam ser demitidos. Saiu efetivamente na imprensa da Bahia, mas não dito por nós. Isso dito por esse corregedor que estava apurando, na época, essa questão. E ele informou para a imprensa, a gente soube pela imprensa, e depois ficamos cobrando: cadê os dezoito...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sr. Renato, só lhe interrompendo, gostaríamos de anunciar a presença, para nós bastante grata, do Presidente da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia. *(Pausa.)* Tem a palavra, então, o Sr. Renato, para continuar sua exposição.

O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA – Então, só retornando, a demissão de pessoas que teria sido encaminhada pelo próprio IBAMA, porque estava, tinha uma desconfiança de alguns funcionários, efetivamente isso também não aconteceu. Mas estou voltando a dizer que isso não foi a gente que colocou, foi informação que veio do corregedor, que estava presidindo a Comissão de Inquérito, que informou isso até para a imprensa também, e isso todo mundo ficou sabendo. E



a gente também quis que fosse dada conseqüência a essa medida, que acabou até hoje não acontecendo. Na apresentação do gerente aqui foi colocado muitas vezes, denegrindo até a nossa imagem, da entidade que eu represento aqui, o GAMBÁ, o CEPEDES, que é uma entidade extremamente lutadora lá no extremo sul da Bahia, combativa. O IESB, que é outra entidade sediada em Ilhéus, também muito combativa, todos filiados à Rede Mata Atlântica. E a gente trabalha de uma forma séria, nada de antiético, como foi colocado aqui, buscando sempre a proteção do meio ambiente, a apuração das questões, em parceria com o Ministério e com o IBAMA naquilo que for possível. Naquilo que não for, a gente tem a crítica, um papel que a gente faz, não para denegrir o órgão ou funcionário algum, mas para que sejam apuradas efetivamente essas denúncias de um constante desmatamento que vem ocorrendo na oportunidade. Sobre as ATPFs, especificamente, a gente tem essa informação que os planos de manejo estão suspensos, até por medida do então Ministro Sarney. Inclusive no próprio CONAMA, na Câmara Técnica da Mata Atlântica, foi muito discutido isso. Tem resolução do CONAMA, uma de nº 240 e outra de nº 248, que tratam especificamente da exploração madeireira através de plano de manejo na Bahia. E as condições que têm nessas resoluções, principalmente a 248, para fazer qualquer exploração madeireira, o IBAMA nem reconhece, dito especificamente em auditorias de técnicos do IBAMA na região que eles desconhecem as normas para liberação do plano de manejo que estão colocadas na resolução do CONAMA. Existe, dito por técnico, desconhecimento. Isso tem em relatórios que eu poderia até encaminhar para a CPI — tenho outros relatórios aqui, mas esse eu não tenho —, dizendo isso, que eles desconhecem e questionam a resolução do CONAMA. Mas, mesmo assim, a gente está vendo também que existem ATPFs sendo liberadas. Eu tenho aqui uma quantidade grande de ATPFs que foram liberadas no ano de 2002, final de 2001 para 2002, ATPFs de madeiras oriundas da Mata Atlântica. Inclusive, não só ATPF, mas com notas fiscais. Isso chega à gente por origem de pessoas indignadas na região sobre isso, que mandam para a gente xerox, fax, etc., com ATPFs emitidas de madeiras todas oriundas de Mata Atlântica. Aí, o IBAMA diz: *“Não, essas madeiras são da Amazônia, são do Pará”*. Aí, a gente fica questionando um exemplo apenas aqui. Uma madeireira pequena, pequenininha, lá do Município de Eunápolis, que ela



estaria revendendo para o Rio de Janeiro madeira que vem do Pará e passa em Eunápolis para ir para o Rio de Janeiro. Algo tem de estranho nisso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Tem um tal... Só interrompendo, tem um tal de seu... Como é que é o nome dele? Seu Nei nessa história aí?

O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA – Seu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Nei.

O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA – Nei é um traficante...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É o dono da madeireira?

O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA – Madeireira, de uma outra madeireira de pau-brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ele sempre aparece.

O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA – Inclusive eu tenho cópia aqui de ATPF de pau-brasil com o devido número de ATPF. Pau-brasil serrado em réguas lá num local... Aqui não fala o local exato... Eunápolis... Brasil Imperial Comércio de Madeiras Ltda., de Eunápolis, que está vendendo pau-brasil para Aracruz, lá no Espírito Santo. Tem o número da ATPF aqui. E pau-brasil, vocês todos devem saber, é uma madeira imune de corte. E o IBAMA libera. Isso tudo aqui fica com vocês. O Sr. Nei, eu acho que faz parte disso tudo aqui assim. Inclusive, a gente tem a notícia nos jornais daquelas 41 toneladas de pau-brasil que foram apreendidas em Camacan, foi objeto de uma audiência aqui da CPI lá em Brasília, que a gente assistiu pela televisão. Foi muito bom, aliás. Inclusive, só para colocar, a gente parabeniza o trabalho que vocês estão fazendo aí. Apesar do curto espaço de tempo, fazem um trabalho superimportante para apurar tanto essa questão da flora, como da fauna, como a gente esteve assistindo aqui o tráfico de animais silvestres, que é um escândalo absurdo que está ocorrendo. Ou seja, temos aqui tudo isso documentado. E isso provocou, em meados de dezembro, a gente fazer uma ação na Justiça Federal contra o IBAMA da Bahia, para que ele não pudesse mais... A solicitação de uma liminar para impedir qualquer liberação de ATPFs de madeiras oriundas da Mata Atlântica do Estado da Bahia. Depois de análise e até a réplica do IBAMA, a defesa do IBAMA, tivemos a liminar favorável no dia 17 de dezembro de 2002. Surpreendentemente, a gente recebeu ontem — eu não trouxe aqui, mas vou



mandar, estou tentando ver se eu ainda por fax consigo — uma cópia de uma ATPF de madeira de Mata Atlântica, emitida pela Gerência Executiva do IBAMA de Salvador, de madeira oriunda de Mata Atlântica apreendida em fiscalização do próprio IBAMA, lá da Gerência do Parque Nacional do Descobrimento, que é lá no Município de Itamaraju. Ou seja, a Gerência aqui está descumprindo uma liminar da Justiça Federal. Eu vou entregar para vocês. Inclusive, aqui tem a decisão do juiz. Tem a ação e a decisão da juíza...

(Intervenção inaudível.)

O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA – *(Inaudível.)* ... se não chegar, eu mando amanhã para vocês. A gente inclusive está entregando uma cópia para a Justiça também. Então, Srs. Deputados, a gente está muito preocupado com essa questão da continuidade, da falta de controle que o IBAMA tem da situação. O IBAMA da Bahia não tem controle objetivamente, não só a Gerência aqui de Salvador, mas todo o esquema de fiscalização que existe. A gente, volta e meia, tem notícia de equipes de Brasília que vêm para uma operação, que é sempre dita Operação Descobrimento, que já foi feita durante três, quatro, cinco vezes, mas que são operações que vão lá durante dez dias, quinze dias e vão embora, e a coisa continua do mesmo jeito. E acobertado por muitos funcionários daqui, dos escritórios de Teixeira de Freitas, de Eunápolis, de Ilhéus, de Vitória da Conquista. Fica muito estranho sempre essa questão que se coloca, que sumiram do escritório de Vitória da Conquista 1.000 ATPFs, sem apuração nenhuma. Está lá no Pará.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Está o.k., então. Muito obrigado, Sr. Renato, pela sua exposição inicial. Mas, com certeza, o senhor vai ter oportunidade de colocar. Nas perguntas, o senhor vai poder...

O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA – Eu queria falar sobre a questão de tráfico de animais também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim, o senhor vai poder, até porque os Deputados com certeza farão essas perguntas para o senhor, o senhor vai poder explicar sobre esses aspectos que o senhor de repente tenha deixado e também outros que o senhor gostará de falar, ou gostaria de ter falado. O Relator, então, para suas perguntas ao Sr. Renato Cunha. O Deputado Asdrubal Bentes vai fazer perguntas, o Deputado Ricarte de Freitas também vai fazer perguntas, o



Deputado Luizinho... Então, o Deputado Asdrubal Bentes está inscrito, e o Deputado Ricarte de Freitas. Com a palavra, então, o Relator, Deputado Sarney Filho.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Meu caro Renato, primeiro, eu gostaria de ressaltar que eu, quando Ministro do Meio Ambiente, e a Rede de ONGs da Mata Atlântica, a ONG GAMBÁ e uma série de ONGs do sul da Bahia, nós sempre tivemos um trabalho conjunto e uma parceria que acredito muito importante. Hoje, eu já disse, o lugar em que o País foi descoberto tem menos de 4% de Mata Atlântica. Nós criamos no Ministério dois parques nacionais, o Descobrimento e Pau-brasil, também contribuimos para a criação de RPPNs e fizemos várias auditorias. Esta Operação Descobrimento, que não foi feita no ano passado por falta de recursos — o que eu acho um absurdo que não tenha sido feita —, ela começou justamente também na nossa gestão. E muitos inquéritos foram abertos. Mas, no entanto, eu, infelizmente, reconheço que a situação continua grave, porque não precisa nem de denúncia. Basta você percorrer a região que você vai ver caminhões de madeira saindo com madeiras da Mata Atlântica, e, evidentemente, não teriam legalmente como sair. Então, isso aí está claro, e é lógico que é, mais do que nunca, necessário que se faça alguma coisa. Eu acredito que, institucionalmente, muitos avanços foram feitos. Só que esses avanços institucionais não se transformaram em avanços reais. Ficou a coisa muito no papel, e não conseguimos avançar muito na realidade. Mas acredito também que a sociedade civil organizada tem um imenso e importante papel. Talvez o mais importante. Um deles certamente é esse, fazer denúncias. Eu não sou contra denúncias. Ao contrário, eu acho que toda denúncia tem que ser apurada. Se essa denúncia tiver procedência, muito bem. Se não tiver, é outra história. Eu acredito também que as pessoas que se sintam ofendidas devem recorrer a um meio judicial para reparar essa ofensa. De qualquer maneira, eu gostaria, como Relator... Eu não vou fazer perguntas específicas, nós aqui já tivemos uma série de dados, tem uma série de elementos aí. O que eu vou pedir — aí eu não peço propriamente ao depoente, mas à rede de ONGs que ele representa — é que me mandem sugestões concretas, para que eu possa incluir no meu relatório, a respeito do tráfico de madeira ilegal e do tráfico de animais. E também da biopirataria. Então, é óbvio que a experiência acumulada por essas ONGs vai ser muito importante. E eu, desde já, fico ansioso por pegar esse material. Nós temos



pouquíssimo tempo. Portanto, tem que ser no máximo num prazo de cinco dias, porque nós estamos fechando o relatório. Era isso, Sr. Presidente. Eu não tenho perguntas objetivas a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Muito obrigado. Então, vamos em bloco. Com a palavra o Deputado Asdrubal Bentes, já que não houve nenhuma pergunta. E vamos ao encontro do que o senhor queria. Como não há nenhuma pergunta, o senhor pode fazer seus comentários. Vai ao encontro exatamente. Deputado Asdrubal Bentes, para fazer perguntas ao senhor...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – O senhor se referiu há pouco às ATPFs desviadas em Vitória da Conquista. Desgraçadamente, foram acobertar atividades ilícitas no meu Estado, o Pará. Serviram até para serem clonadas e, com isso, multiplicarem os atos ilícitos, em prejuízo da nossa flora e em prejuízo também do próprio Brasil. O Governo brasileiro deixa de receber com isso recursos, em prejuízo até da própria classe madeireira que quer trabalhar dentro da legalidade. Porque esse que não trabalha na legalidade não paga impostos, não paga taxa, não paga nada, e é uma concorrência extremamente desleal. Agora, a pergunta que eu lhe faço. Eu disse hoje, depois que eu ouvi o gerente do IBAMA de Salvador... E parece que aqui o tratamento entre IBAMA e ONGs é de que se detestam cordialmente, quando eu acho que deveriam os dois, que trabalham com o mesmo objetivo, unirem-se, darem-se as mãos para conseguirem alcançar as metas desejadas. Infelizmente, isso parece que não vem ocorrendo na Bahia. E o que se vê é a Mata Atlântica reduzida a 6 ou 7%, se não me falha a memória, não é? Agora, que medidas o senhor adotaria ou proporia para evitar que esse resto de Mata Atlântica seja destruída e para que também se possa recompor a Mata Atlântica, já que a burocracia do IBAMA é tão grande que é difícil você aprovar naquele órgão um projeto de reflorestamento. Sempre aparece uma filigrana jurídica que não permite a aprovação desse projeto. Pelo menos é o que ocorre na minha região, lá na Amazônia. Não sei aqui na Bahia, mas me parece que é uma tônica generalizada criar dificuldade para vender facilidades. Esta é a primeira pergunta. A segunda pergunta: o senhor acha que o IBAMA está atuando corretamente quando se preocupa apenas em reprimir, arrecadar, e não prevenir, como deveria ser? Existe, na legislação. Existe inclusive determinações do IBAMA para a prevenção, para a



educação ambiental. Só que me parece que eles se preocupam muito mais em arrecadar e, com isso, destinam 80% do seu orçamento para o setor de fiscalização, ficando 20% para o restante, o que, obviamente, inviabiliza qualquer outro tipo de atividade. Agora, o senhor acha que há — outra pergunta — uma correlação entre essas atividades ilícitas, no que diz respeito à floresta, entre os traficantes de madeira da Bahia e os da Amazônia? O senhor conhece, tem informação de que esses papéis servem para esquentar operações ilegais na Amazônia? Teria alguns nomes de pessoas conhecidas que praticam esse tipo de atividade que pudesse nos informar? E qual a sua sugestão para transformar essa situação, que é caótica, e possibilitar que o nosso meio ambiente seja usado de forma racional? Não queremos ser engessados, nós temos que explorar, sim, o meio ambiente, nós temos que utilizá-lo racionalmente, fazendo a reposição das espécies, é claro. Qual seria a fórmula? Se o senhor não puder nos dizer isso agora, pode enviar ao Relator depois as sugestões. Mas é importante que a gente tenha essas informações de quem está no dia-a-dia vivendo esses problemas. Eram as perguntas que eu tinha a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Muito obrigado, Deputado Asdrubal Bentes. Deputado Ricarte de Freitas, para suas perguntas.

O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Como o Deputado Ricarte de Freitas... As perguntas que fazia foram preenchidas pelas do Deputado Asdrubal Bentes, então, Sr. Renato, o senhor pode, por favor, se com certeza escreveu, fazer o seu comentário, a sua resposta, com direito a réplica, a tréplica de todos os componentes da Comissão. Eu também, inclusive, tenho algumas perguntas para o senhor, mas depois. Quando o senhor terminar as perguntas dos Deputados, eu vou fazer algumas perguntas ao senhor também.

O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA – Obrigado, Deputado Asdrubal, pelas perguntas. Bom, a primeira, a relação de ONGs com o IBAMA tem altos e baixos, tem situações de parceria e tem situações de confronto, vamos assim dizer. O IBAMA Bahia aqui, a gente trabalha, tem um convênio de controle do tráfico de animais, trabalhamos conjuntamente. Trabalhamos hoje para um projeto, um grande projeto, ligado ao PPG7, que é o Programa Piloto para Proteção das Florestas



Tropicais Brasileiras, um subprojeto que se chama Corredores Ecológicos, que está sendo realizado aqui nos Estados da Bahia e no Espírito Santo. É um programa com apoio da cooperação internacional, de doação, chamado Corredores Ecológicos, que está começando a ser viabilizado, e a gente participa junto com o IBAMA, com o órgão ambiental do Estado, com trabalhadores, com empresários, até num comitê, que é o Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, na viabilização desse projeto. O senhor me pergunta quais as nossas propostas para resolver o problema. A nossa proposta, que a gente já encaminhou para o CONAMA muitas vezes, é a suspensão definitiva da exploração madeireira no Estado da Bahia na área de Mata Atlântica. Isso tem respaldo legal, porque o Decreto 750, que regula hoje a Mata Atlântica... A gente está na expectativa de os Srs. Deputados votarem favoravelmente ao projeto de lei de proteção da Mata Atlântica, do então Deputado Fábio Feldmann, e depois reapresentado pelo então, acho que já então Deputado Jaques Wagner, hoje Ministro, que é um projeto que vem dar mais substância...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – *(Ininteligível.)* Comissão de Constituição e Justiça. Foi aprovado.

O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA – Isso. Com certeza. E, até como Ministro brigou lá no Congresso, na Câmara para aprovar o projeto, e como Deputado. Mas falta ainda a aprovação definitiva em plenário.

(Intervenção inaudível.)

O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA – Está em regime de urgência urgentíssima. Mas, de qualquer maneira, o Decreto 750 já coloca aqui áreas onde existe menos de 5% de Mata Atlântica, e que é o caso, não pode existir mais exploração. Tem um artigo, que eu não me lembro de cabeça, poderemos até depois mandar por escrito até a cópia do decreto e o artigo que diz isso. Para essa região do sul e extremo sul da Bahia, a solução é, primeiro, a suspensão definitiva, e a outra, até já tentando trabalhar com a sua outra proposta aqui, que é não ser só coercitiva a atuação do IBAMA e dos órgãos ambientais, mas educativa. Então, fazer um grande trabalho de educação ambiental, de informação para a população, da importância da Mata Atlântica e das florestas tropicais no desenvolvimento e na melhoria da qualidade de vida das pessoas e das propriedades, que podem se tornar mais economicamente viáveis, inclusive uma propriedade que protege a mata,



que protege a água, que protege a fauna, a propriedade com a sua biodiversidade mais intensa vai virar muito melhor. E a outra ação, que nunca pode deixar de ter, é uma ação de fiscalização mesmo, que a gente sabe que a educação também não se resolve por decreto, é um processo, e tem que existir também um processo de fiscalização para combater aqueles que não estão respeitando a legislação ou não conseguiram ser suficientemente conscientizados. Uma outra medida também, já começada pelo Governo passado, é a criação e a ampliação de Unidades de Conservação na região. Agora, recentemente, o então Ministro José Carlos Carvalho assinou uma portaria colocando que outras áreas aqui da região sul, onde existe essa extração madeireira, que são alguns remanescentes que estão ainda em propriedades privadas, não ainda em áreas protegidas, que devem ser estudadas, efetivamente, para a criação dessas unidades. Tem uma portaria, de 23 de dezembro, do Ministro José Carlos sobre isso. Então, eu acho que estimular também RPPNs, mais RPPN. Aqueles proprietários que têm floresta em suas propriedades não devem tratar essa floresta como simplesmente a única solução econômica é tirá-la. Você pode começar a pensar que aquilo pode ter projetos de agrosilvicultura, sistemas agroflorestais e outras atividades, como o ecoturismo, que podem valorizar a propriedade também, e não ser sujeita apenas a uma exploração madeireira, que é indesejável. Aí são algumas sugestões que, se tivesse mais tempo... A gente pode até mandar por escrito para o Relator. Sobre o IBAMA, se está trabalhando adequadamente, a gente acha que (*ininteligível*). O IBAMA eu acho que tem que ser repensado. A gente trabalhou... Eu fui conselheiro do CONAMA, representando as ONGs do Nordeste, no período de 99 a 2001, 97 a 2001, e a gente fez um trabalho lá com apoio do Ministro aqui, o Repensando o CONAMA. E o CONAMA acabou sendo, pelo Ministro Sarney, até valorizado na sua atividade. Eu acho que tem que fazer um Repensando o IBAMA, repensando em ação, porque não pode parar, não pode parar, porque as coisas acontecem. Então, a gente tem que repensar como é que fica a questão de fiscalização, a questão de educação, a questão de Unidade de Conservação, como é que vai ser a relação das gerências, a descentralização do IBAMA, o controle social. Por exemplo, só um aspecto importante é que as autorizações de desmate do IBAMA ninguém conhece, a sociedade desconhece o que que o IBAMA libera ou não libera. Não existe o controle social para isso. O



licenciamento estadual, por exemplo, aqui na Bahia existe o Conselho Estadual do Meio Ambiente, que todo licenciamento passa no Conselho, onde a sociedade participa. Existe um conhecimento. Pode ser... Podemos analisar a qualidade desse licenciamento, mas de qualquer maneira existe a possibilidade do conhecimento. As licenças de desmate do IBAMA são desconhecidas da sociedade. A gente volta... muitas vezes coloca: é uma "caixa preta". A gente nunca conhece exatamente o que que está sendo liberado, não sabe que propriedades foram liberadas, o que que não foi. Então, eu acho que tem que mudar muita coisa nos procedimentos. Esses procedimentos de ATPF são fragilíssimos e têm efetivamente que mudar. Articulação Mata Atlântica e Amazônia, a gente acha que tem. Quer dizer, o senhor mesmo deu um exemplo da área de Conquista, que as ATPF foram para lá e tudo. Inclusive, algumas pessoas, alguns madeireiros do sul da Bahia, que criaram uma associação chamada Associação Florestal Produtiva da Bahia, que coordenava, assim, por exemplo, os madeireiros da Bahia. Com essas restrições já também, de suspensão de plano de manejo, algumas dessas pessoas a gente sabe que foram para o Mato Grosso ou foram para o Pará. Eu estou tentando lembrar o nome de uma pessoa que era... Talvez até o final eu me lembre, vou conseguir lembrar. Mas era uma pessoa muito responsável por esse tráfico todo, e procura muito o IBAMA aqui. Procurava, porque agora está lá no Mato Grosso, está em Sinop, se não me engano.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – *(Risos.)* O Deputado Ricarte conhece.

O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA – Finalmente, a última pergunta, como transformar essa situação. Eu acho que a gente também não pode ter políticas públicas só com um órgão defendendo o meio ambiente, ou só uma parte da sociedade defendendo, e os outros destruindo. Então, eu acho que política pública tem que ser feita, políticas sustentáveis, política de transporte, política agrícola, política urbana, ou seja, de energia, que sejam efetivamente sustentáveis, com zoneamento ecológico, com a participação da sociedade, e que vai definir essa política... Políticas de governo e da sociedade. Que o CONAMA comece efetivamente a trabalhar também, definindo melhor essas políticas, que a Agenda 21 seja implantada efetivamente. A Agenda 21 foi trabalhada bastante agora, e o Brasil acabou de lançar um documento chamado Agenda 21 Brasileira. E isso tudo tem



que ser implementado, não pode ficar só no discurso de que a gente está num modelo sustentável, e as coisas acontecendo. Então, tem que efetivamente transformar uma política em um modelo sustentável de desenvolvimento para o País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O Deputado Asdrubal Bentes, se quiser, para sua réplica.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Exato. Eu queria perguntar a ele o que representa, em termos econômicos para a Bahia, a indústria madeireira, qual o percentual na economia da Bahia. E, em termos de mão-de-obra, o que representa também, porque se sabe que as madeireiras sempre empregam um percentual elevado de pessoas. E nós precisamos também de olhar para esse lado social. Eu não vejo o madeireiro como um bandido, um fora-da-lei. Eu vejo o madeireiro como uma classe produtora. Agora, que tem que se pautar às determinações da lei. Lamentavelmente, existem madeireiros e “madeireiros” — entre aspas —, e nós precisamos distinguir uns e outros. Costumo dizer que se alguém está doente, não dou veneno para matar, dou remédio para curar. Então, se existe alguma atividade madeireira ilegal, vamos procurar corrigir os erros, para que possamos continuar tendo a produção também de produtos da flora que são importantes para a nossa economia, são importantes também no aspecto social, porque dão mão-de-obra, agora, desde que respeitados os princípios legais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Seu comentário, e, então, poderemos até mudar a pergunta: o senhor conhece algum madeireiro legal na Bahia?

O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA – Era isso que eu ia falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor conhece algum madeireiro legal na Bahia, legalizado? A outra pergunta, a outra colocação, quer dizer, na mesma pergunta. O senhor... Bom, se o senhor não sabe, então, todos os madeireiros da Bahia são desonestos ou exploram de maneira ilegal a madeira. A segunda colocação, o Deputado Asdrubal... Gosto muito de ajudar o Deputado Asdrubal, sabe? Gosto de pegar assim, porque ele tem um raciocínio... Estou tentando aprender com ele; quer dizer, então, presto uma atenção. É o Deputado



que eu mais presto atenção quando ele fala, porque ele tem, assim, uma característica única.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Mas não aprendeu a ser papagaio de português porque fala. Papagaio de português não fala.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É verdade. Então, a segunda colocação é na questão de madeira. Quanto representa, a nível econômico, por cento, vamos chamar assim: é 1%, é 2%? A sua entidade ou alguma entidade de ONG, das ONGS capitaneadas, da instituição GAMBÁ, tem idéia do potencial econômico gerado pela atividade madeireira na Bahia?

O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA – A gente, quando está na Bahia... Estamos falando aqui, no caso, da Mata Atlântica. Porque a questão florestal, também do cerrado, da caatinga, não estou nem preparado para falar, apesar até foi dito que a gente também tem que se preocupar com os outros biomas. Evidentemente que sim, só que aqui a gente, hoje, está..., estou mais aqui tratando da Mata Atlântica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Tratando de um bioma, com certeza, porque se conseguir retirar de legislação para esse bioma, atingirá todos os envolvidos.

O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA – Claro, mas a Mata Atlântica tem uma certa peculiaridade, é patrimônio nacional; a caatinga não é. São coisas... Acho que a gente tem que valorizar os outros biomas e ter uma legislação apropriada para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Serão atingidos, com certeza.

O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Até pela qualidade do nosso Relator, serão atingidas.

O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA – É. Essa pergunta é fundamental. Primeiro, existe madeira legal na Mata Atlântica? Acho que não, inclusive pelo que foi dito aqui pelo superintendente, já que não existe nenhum...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Veja bem, eu generalizei, eu falei na Bahia porque...



O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA – Não, mas acho que não existe só Mata Atlântica na Bahia. Existe cerrado e tem caatinga.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Exatamente. Isso representa um percentual na economia da Bahia.

O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA – Não, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Da maneira como o senhor colocou, dá a impressão de que tem que acabar com a atividade madeireira. Na Mata Atlântica, tudo bem, mas na Bahia é impossível.

O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA – Então, se eu não coloquei precisamente, estou falando de exploração, acabar a atividade madeireira de Mata Atlântica, de madeira de Mata Atlântica na Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E economicamente?

O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA – E não só na Bahia; no Brasil inteiro, na Mata Atlântica inteira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E economicamente falando?

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Na Mata Atlântica.

O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA – Na Mata Atlântica da Bahia e do Brasil, até porque temos menos de 7%, já. Agora, acabar a atividade madeireira não significa que vai acabar a atividade madeireira. Estou falando atividade madeireira de madeira originária, nativa de Mata Atlântica. Você pode fazer "extratividade" madeireira... Por exemplo, no extremo sul da Bahia existe um pólo de eucalipto. Então, transformar as serrarias que existem lá em atividade moveleira de eucalipto para atender ao mercado baiano, espírito-santense, como já tem em alguns lugares. São Paulo tem um pólo de eucalipto moveleiro e tudo. Então, existe madeira para fazer isso, em vez de virar carvão pra ir para as siderúrgicas mineiras, esse eucalipto ou só celulose, nas fábricas de celulose que tem no extremo sul, fazer um pólo madeireiro. Inclusive, já está começando. A Aracruz tem uma serraria grande no Município de Teixeira de Freitas que só trabalha com eucalipto. Então, a gente pode... A atividade madeireira que a gente está falando é originária de madeira nativa de Mata Atlântica. Isso que tem que acabar e isso que está ilegal.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Concordo.



O SR. RENATO PÉGAS PAES DA CUNHA – É isso que a gente tem que rever.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E economicamente falando?

O SR. RENATO PÉGAS PAES DA CUNHA – Economicamente. Também agora não vim preparado com os dados inteiros aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas não há necessidade. O senhor pode, depois, mandar os estudos, sem problema.

O SR. RENATO PÉGAS PAES DA CUNHA – Mas é um valor pequeno, inclusive... Se gera emprego? Gera, mas pouco emprego, comparado com outras atividades, e empregos irregulares, sem carteira assinada...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – O senhor me permite um aparte. Estou fazendo essa colocação porque no meu Estado a atividade madeireira... Quando falo atividade madeireira não é só aquele madeireiro que corta árvore para exportar em – em toras não pode mais –, em pranchas, madeira serrada, semimanufaturada e tal. Não é só isso não. Atividade madeireira envolve também os reflorestadores,

O SR. RENATO PÉGAS PAES DA CUNHA – Claro

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – E acho que isso é fundamental. E, lamentavelmente, hoje, Deputado Zequinha Sarney, o senhor que já foi de lá sabe das dificuldades que se encontra para legalizar uma reflorestadora junto ao IBAMA. E eu não sei o porquê dessas dificuldades, quando precisamos da madeira. É matéria-prima, é matéria comercializável e tem mercado. Agora, o que nós precisamos é produzir a madeira sempre, para que possamos tê-la sempre, resgatando até aquilo que já foi depredado, como na Amazônia e aqui, na Bahia. Então, quero que o senhor entenda que eu não sou contra o madeireiro; sou contra o “madeireiro” entre aspas, aquele que não atua dentro do que a lei prescreve.

O SR. RENATO PÉGAS PAES DA CUNHA – Certo.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Contra esse temos que ser, porque temos que preservar o nosso meio ambiente e temos que ter nossa floresta, sim, e não apenas para que possa ser objeto de ecoturismo, para que venham os estrangeiros e digam: “*Vi lá um mogno*” Não, temos que explorar, sim, racionalmente. Mas para isso temos que reflorestar, repor. É essa política que o



IBAMA não adota, lamentavelmente, e nem estimula, e nós precisaríamos que toda a sociedade se engajasse nessa luta, inclusive os próprios Governos Estaduais, que estão omissos, que são também os maiores responsáveis pela preservação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor acha que foi bem colocada essa parte? Depois o senhor vai mandar por escrito, inclusive, o trabalho que o senhor tiver, Sr. Renato. Sr. Renato, o senhor conhece o Sr. Rui Rocha?

O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA – Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ele faz parte da entidade GAMBÁ?

O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA – Não, ele faz parte do IESB — Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ele, em agosto, fez uma denúncia grave dizendo que — saiu inclusive na Internet — “ONGs pedem intervenção na Regional do IBAMA na Bahia.” A sua ONG também fez esse pedido?

O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA – Fez. O pedido foi pela Rede Mata Atlântica. Está aqui até o ofício encaminhado, uma carta aberta ao Presidente do IBAMA, falando sobre isso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Já está aqui.

O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA – ... pedindo intervenção...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Aqui, especialmente nos Municípios de Camacan, Jussari, Arataca, Santa Luzia, Buerarema, Itacaré e Camamu. São esses os Municípios onde a coisa estaria, onde...

O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA – Não, esses são Municípios complicados, mas não são só esses. São todos. No extremo sul, na região lá de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor está falando Municípios complicados porque são mais complicados?

O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA – Não. Esses são bastante. Na verdade, o problema é geral. O problema vai de Mucuri até aqui, Valença, Amargosa... O GAMBÁ mesmo tem um projeto de, como falei no início, apoiado pelo PDA do Ministério do Meio Ambiente, em que faz uma recuperação de áreas degradadas. Enquanto a gente está ali recuperando a área degradada com



proprietários rurais, com fazendeiros, pequenos proprietários e tudo, tem pessoal, na mesma região, desmatando também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Desculpe, Sr. Renato, mas qual é a sua profissão?

O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA – Sou engenheiro mecânico de profissão, com pós-graduação em engenharia ambiental e energia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor sabe algo, tem algum conhecimento específico pelo... O senhor já me colocou uma ATPF de pau-brasil — mas o senhor, além disso —, pau-brasil *in natura*... O senhor deve ter visto... Se o senhor viu a nossa audiência pública, sou do Rio, então não lido muito bem com esses assuntos específicos. Mas há possibilidade de você explorar o queimado, o resto do queimado, a tora, a chamada madeira morta, material linhoso. O senhor conhece alguma atividade específica, o senhor falou em algumas madeiras... O senhor pode nos dar o nome e a localização de alguma madeira que trabalhe com o pau-brasil aqui na Bahia? Pau-brasil *in natura*?

O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA – Tem essa aqui que comercializa pau-brasil, chamada Brasil Imperial. É uma madeira, lá em Eunápolis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Eunápolis. Então, vamos visitar. O senhor sabia da existência do Sr. Alfred Market(?)? A sua ONG trabalha também, lógico, como toda ONG, tem que ser cada um ocupando o seu espaço; os esforços se somam, é evidente, embora algumas ONGS, saibamos que existam... Mas, como foi falado aqui, existe madeira e madeira; existe ONG e ONG. Da mesma maneira dizer que todas as ONGS são isso, são honestas, também é impossível dizer. Concordo que o senhor também não afirmaria, não faria tal afirmação.

O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas a sua ONG ou alguma ONG aqui da Bahia já tinha denunciado ao Escritório Regional do IBAMA o Sr. Alfred Market?

O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA – Não, não sei quem é essa pessoa, não. De cabeça não saberia dizer, não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor sabe onde se vende ATPF na Bahia? Me diga o local.

O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA – Onde se vende?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Onde se vende ATPF na Bahia.

O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA – Não; precisamente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas o senhor tem algum indício? O senhor falou em indício.

O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA – Indícios tem assim, na região de Eunápolis tem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Região de Eunápolis onde? Em que lugar? O senhor sabe?

O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Vou solicitar à Polícia Federal...

O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA – O vender, a gente não tem uma informação concreta...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – ... não sei se a Polícia Federal está aqui...

O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA – ... viu, Deputado, de onde é que vende, mas onde é que desvia. Por exemplo, esse caso do pau-brasil, do americano...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quem é que desvia?

O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA – Como é que ele se chama?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Deixe eu só lhe colocar. Precisamos de um fato concreto.

O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA – Eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Estamos atrás desse fato concreto. E os fatos concretos se constroem através de indícios que se somam ou através de um flagrante. E estamos dando alguns flagrantes a nível de Brasil, essa coisa toda. Mas indícios que se somam também são importantes para a CPI. Temos aí a possibilidade de a Polícia Federal agora, neste momento, prender quem o



senhor disser ou trazer para esta CPI, agora, quem o senhor e as suas ONGS..., já com um somatório de indícios. Não é prender, é trazer para depoimento. A Polícia Federal, inclusive, já está aqui. Se o senhor disser: *“Bom, é o diretor tal”*. Esse diretor tal será trazido sem nenhum tipo de problema. Ou então: *“Todos os indícios são para aquela diretoria específica”*. Essa diretoria será chamada. Há intensidade dessa busca, há necessidade dessa busca. Faço sempre essas perguntas quando as pessoas falam: *“Não, mas pode ser fulano...”* Há irregularidades imensas. Como é que vou falar? Existem sinais evidentes. E eu sempre pergunto. Existe a possibilidade. Sua ONG pode prestar um serviço ao Brasil agora.

O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA – Eu sei. Eu gostaria demais de afirmar algum local específico aqui, mas eu posso me comprometer, de hoje pra amanhã, dar nomes e endereços completos, porque eu não estou preparado. Não estou preparado. Vir aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Muito obrigado, era isso que eu gostaria.

O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA – ... com os documentos. Mas tenho os contatos com as outras ONGS parceiras. O Sr. Rui Rocha, que o senhor citou, liguei pra ele; liguei para o pessoal do *(ininteligível)*...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Indícios que se somam. É o que nós precisamos.

O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA – A gente tem esse boletim da Rede Mata Atlântica, tem quatro ou cinco...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Inclusive, interrompendo o senhor, já estou preparando um requerimento para, já solicitei pra preparar um requerimento pra quebra de sigilo bancário e fiscal do Sr. Edilson Pereira dos Santos, por exemplo, que prestou depoimento de manhã. Não estava presente, mas já estou preparando, até por sinais indiretos de riqueza. Porque a sociedade baiana... É aquilo que estou lhe falando. São indícios que se somam, que a sociedade baiana já vem colocando há algum tempo. Fala-se até bem, aquela coisa toda, “parara”, “parara”, mas indícios de enriquecimento, porque um funcionário do IBAMA substituto, que deve estar com um salário variando entre mil, mil e duzentos reais, é impossível ter uma casa avaliada em 800 mil reais. É isso que nós



estamos... Porque, com certeza, achando alguma coisa, vamos começar a abrir essa caixa-preta, que é a coisa mais fácil do mundo. Se faz de uma maneira tão aberta, só que não se consegue nomes. Já sabemos como é o esquema, como é que funciona, quais são os pontos de apoio necessários. O Deputado Asdrubal foi importante nessa construção, porque quando eu vim pra esta CPI, vim como a vingança do Rio de Janeiro. Eu vim querendo madeireiro. Eu e madeireiro, e o Deputado sabe disso, nunca neguei a ele. Dizia assim: *“Madeireiro é um mal”*, e acabei, depois de algumas lições que com o Deputado Asdrubal eu tive, depois também de Belém, é uma atividade importante e necessária, que gera empregos numa ponta onde o Brasil, Governo nenhum tem condições de gerar naquela ponta, naquele lugar. É uma atividade absolutamente importante, desde que disciplinada, desde que... Essas coisas todas. O senhor falou que os escritórios de Teixeira de Freitas, Eunápolis, Conquista, Ilhéus vendem ATPF. É dentro daquela pergunta. Nomes que o senhor vai nos dar amanhã, sem problema. O senhor conhece o Sr. Luís Gonzaga Batista?

O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Nunca escutou falar? O Sr. Luís Gonzaga Batista é o dono da Brasil Imperial Comercial de Madeiras Ltda., lá de Eunápolis. O senhor já escutou falar nele?

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – É essa aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Pois é. O senhor já escutou falar nele?

O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA – Não; pessoa, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Pessoalmente, não?

O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Essa ATPF, só pra gente... Este aqui é um documento da CPI que já temos, é só uma...

O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA – É a mesma. A gente... Não sei como é que chegou na CPI, mas a gente tinha encaminhado lá pra..., em Brasília, encaminhamos até para o Ministro José Carlos Carvalho há três, quatro meses atrás.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sr. Renato Cunha, o senhor vai ter oportunidade, vamos ficar na Bahia algum tempo — pouco tempo —, mas o rastro da CPI será sentido muito mais do que dessas atitudes de investigação; é evidente, com certeza haverá, até porque há legislação, essa coisa toda. Mas uma necessidade importante de todos nós, enquanto sociedade, não é de, como eu sempre falo, não é de punir, não é de prender, não é de... Não, não é, mas precisamos saber nomes. Temos que saber nomes. Devemos isso a nós mesmos, primeiro, e depois à sociedade. O senhor, então, amanhã, está reconvocado. O senhor já está reconvocado para as 8h da manhã. O senhor vai deixar o telefone com a secretaria desta Presidência, com a secretaria desta Comissão, e nós... Ele vai deixar o telefone dele com vocês e nós vamos marcar o local. Mas o senhor já está convocado amanhã, 8h da manhã, já com todas..., com essa oportunidade que nós vamos dar. Vamos dar uma oportunidade à instituição GAMBÁ, às ONGS, uma oportunidade que vocês não terão de novo. Vai ser muito difícil ter essa oportunidade de, com esses nomes, esse somatório de indícios — acho que é um tempo bastante suficiente —, para que busquemos realmente punir, descobrir primeiro como funciona, se é aquilo mesmo que estamos imaginando ou se existem outros esquemas também envolvendo a questão da madeira da Mata Atlântica e, se for apurado... Como falei, eu já estou... Eu não estava, não ouvi o depoimento do Sr. Edilson, Sr. Relator, mas pelo que o povo da Bahia fala dele, eu preciso e vou fazer o requerimento, pra ser votado, de quebra do sigilo bancário dele e fiscal. É um indício que se soma. Pode ser que ele tenha... É até bom, porque eu acho que pra ele é importante. Ele vai poder dizer para a sociedade baiana lá que não, que aquilo que ele conseguiu foi de herança, que aquilo que ele tem foi disso, foi daquilo. Então, é isso que nós precisamos. Nós precisamos passar não a Bahia a limpo; não o IBAMA a limpo, mas precisamos mostrar que essas pessoas, que indícios que se somam podem levar a culpados ou não. Então, o senhor já está convocado por esta Presidência...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Só um instantinho, Sr. Relator. O senhor já está convocado por esta Presidência, até pelo Requerimento nº 44, não é? A CPI pode convocar as pessoas que quiser, quando quiser, quando



precisar. É o 44/2002, eu acho, o requerimento votado por esta Comissão. O senhor já está convocado para amanhã, às 8h. Aproveite esta oportunidade, Sr. Renato. Aproveite. Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sr. Presidente, primeiro quero louvar a maneira como V.Exa. está conduzindo os trabalhos da CPI. Inclusive, fiquei vivamente, digamos, não diria alegre, mas consciente de que esse trabalho é muito importante. E gostei muito quando V.Exa. disse logo que *“se tiver algum indício nos traga; que vamos tomar as providências; é uma oportunidade única e tudo.”* Acho isso muito importante. No entanto, Sr. Presidente, eu queria só levantar uma pequena questão, que é justamente sobre o horário e a convocação em si. Não sou contra; ao contrário. O nosso Presidente da ONG, aqui, Dr. Renato, é uma pessoa que não precisaria nem convocar; é só não impedir que ele venha, que ele vem. *(Risos.)*

O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA – Eu me autoconvoquei.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Então, ele se autoconvocou. Acho, Sr. Presidente, que ele não vai ter tempo. Já estamos às 4 e meia da tarde; ele não vai ter tempo de colher esse material que nós precisamos e que é importante. Nós vamos estar na Bahia. Vamos estar amanhã indo para Porto Seguro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Eunápolis.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – E vamos estar em Eunápolis depois de amanhã. Então, o que eu sugeriria era que alargássemos esse prazo para Eunápolis, onde poderíamos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Aprovado o requerimento, vamos colocar em votação. Mantenho a convocação até... Deixe eu só lhe falar porque acho importante que não seja em Eunápolis, que seja aqui, e o senhor vai ficar realmente à vontade de... Eu acho importante que seja aqui em Salvador, mas...

(Intervenção ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas aí é mais por uma questão dele, não nossa. É mais uma questão dele. Como eu falei, o senhor já está convocado. O senhor pode comparecer... Vai deixar um telefone, nós vamos ter um telefone. Havendo alguma informação, não é necessária a completa informação, até



porque o lugar que nós vamos foi citado várias vezes, várias vezes, várias vezes. Então, o senhor, por favor, entre em contato. Tendo essas informações, o senhor entre em contato, mas já está convocado pela CPI. Sr. Renato, quero agradecer ao senhor e, com certeza, em outras oportunidades, na outra oportunidade da sua convocação, como eu lhe falei, é necessário, é importante, solicito que o senhor deixe, entregue à Secretaria da Comissão todo o material e, se possível, classifique o material junto com o Seu Ribamar — o Seu Ribamar que está ali em pé. O senhor converse com ele no final da sessão, classifique esse material. Alguns deles nós já temos, mas outros são inéditos para a Comissão. Como eu lhe falei, amanhã, então, a princípio às 8h da manhã. Os contatos telefônicos entre o senhor e a Secretaria da Comissão, então, vão mostrar a hora correta.

O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA – Está bom. Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas seria importante que fosse aqui.

O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA – Não, é... Eu acho melhor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Eu acho que o senhor concorda também que o ideal é que fosse aqui.

O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA – ... à disposição...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Eu estou tentando, como eu falei, simplificar e ajudar.

O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA – Sr. Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Pois não.

O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA – Eu agradeceria a oportunidade que a gente está tendo de estar aqui presente, a oportunidade de estar falando aqui na CPI hoje. E gostaria de falar, ainda mudando o tema Mata Atlântica para o tema combate ao tráfico de animais...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Pois não. O senhor falou que nos colocaria...

O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA – O GAMBÁ também, como eu falei, tem uma atuação nessa área. E agora — quando foi, Paschoal? —, em agosto do ano passado, a gente esteve envolvido numa denúncia junto ao Ministério Público e ao IBAMA numa ação contra um traficante na cidade de Valença e que a



pessoa foi... O Paschoal esteve presente e outras pessoas lá e constataram uma quantidade imensa de anfíbios, répteis, quase tudo originário da Amazônia, que estavam aqui no cativeiro da pessoa, na propriedade. O nome da pessoa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Esses animais foram para onde? Estão lá ainda?

O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA – Alguns foram para zoológicos, foram soltos; outros foram...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O nome da pessoa o senhor tem?

O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA – Pierre Lucien Bussard.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Isso é que me deixa... Em todo lugar que eu vou aparece um raio de um americano. É impressionante. Em Cascavel, eu encontrei um raio...

O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA – Isso é suíço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Isso é suíço; mas é gringo, alguém de fora. É impressionante. Lá em Cascavel, interior do Estado do Paraná, interiorzão mesmo do Estado do Paraná, quase na fronteira, um gringo. Nesse caso aí era...

O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA – Existe um (*inaudível*) no IBAMA...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não, eu estou falando sem nenhum tipo de...

O SR. RENATO PÊGAS PAES DA CUNHA – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quando a gente fala gringo é sem nenhum tipo de racismo, de depreciação, nada disso. Eu só, já lhe agradecendo, gostaria de cumprimentar a Sra. Geane Gomes Pereira (?) — eu já sei que houve uma manifestação no plenário —, mas parabéns. Não é todo dia que fazemos 18 anos! Então, a senhora está de parabéns. Muito obrigado, Sr. Renato. Então, solicito à Polícia Federal que traga e mantenha sob vigilância o Sr. Johann Zillinger, austríaco, gringo. Deputado Asdrubal. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Dando continuidade à 20ª reunião da CPI que investiga o tráfico de animais e plantas em território brasileiro, eu



gostaria de... Sr. Johann, a primeira colocação que faço pergunto ao Sr. Johann se ele necessita de um intérprete — Zillinger, não sei se a pronúncia está correta — que possa esclarecer ou possa servir de instrumento para que o senhor entenda o que nós vamos lhe perguntar.

O SR. JOHANN ZILLINGER – Eu entendo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Por favor, na...

O SR. JOHANN ZILLINGER – Eu entendo mais ou menos português...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Então, nós vamos solicitar ao senhor... Não fala inglês, não? O senhor não fala inglês?

O SR. JOHANN ZILLINGER – Não, só alemão. Pouco português. Eu entendo português...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Fala bem português? Então, o senhor, por favor, como nós temos... Isto é uma CPI. A CPI é um instrumento que o Congresso Nacional, que os Deputados, o povo brasileiro tem de investigar, de propor legislação. O que o senhor falar aqui comporá também o seu processo. O seu processo virá para a CPI, como já está vindo. Esse processo específico, parece que o senhor tem vários, mas esse processo específico virá também para a CPI, comporá os autos da CPI e o que o senhor falar aqui poderá ser usado contra o senhor também no seu processo movido pela Justiça Federal, e a favor também, embora eu ache difícil. Mas, de qualquer maneira, nós vamos passar imediatamente às perguntas do Sr. Relator. Antes disso, o Sr. Relator vai passar uma folha para o senhor. O senhor vai repetir. Se o senhor não entender, ele vai falar para o senhor e o senhor vai repetir. Primeiro o seu nome.

O SR. JOHANN ZILLINGER – *(Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Próximo ao microfone, por favor.

Não identificado – Sr. Relator, peça para ele falar próximo ao microfone.

O SR. JOHANN ZILLINGER – Faço...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Só um instantinho. No microfone, por favor. O seu nome primeiro.



O SR. JOHANN ZILLINGER – Meu nome é Johann Zillinger, austríaco. “Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.”

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Muito obrigado, Sr. Johann. Passando, então, às perguntas do Sr. Relator, Deputado... Sr. Johann, o senhor foi preso que dia, Sr. Johann?

O SR. JOHANN ZILLINGER – Eu preso dia 13 de dezembro para hoje. Mais ou menos um mês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mais ou menos há um mês. O senhor foi preso onde? Em que Estado brasileiro?

O SR. JOHANN ZILLINGER – No Estado Ceará, Fortaleza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor foi preso por que, Sr. Johann?

O SR. JOHANN ZILLINGER – Eu transporte ovos de papagaios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor estava transportando ovos...

O SR. JOHANN ZILLINGER – ... de papagaios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – ... de papagaios. De que papagaios eram aqueles ovos? De que espécie de papagaios?

O SR. JOHANN ZILLINGER – Nome comum, papagaio verdadeiro, um papagaio grande. Nome científico *Amazona aestiva* e *Amazona farinosa*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – *Amazona aestiva* é aquele de roxo?

O SR. JOHANN ZILLINGER – *Amazona aestiva* é um papagaio comum, pequeno. Ele tem cabeça azul, corpo amarelo, asa vermelha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim, azul. Não é roxo-lilás, não, não é?

O SR. JOHANN ZILLINGER – Roxo não entendo. Sempre dizem para mim fala mais simples, mais comum, e entendes mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Isso. Seria azul, um azul claro?



O SR. JOHANN ZILLINGER – Sim, porque outro papagaio, o papagaio todo verde, grande, com cabeça pouco azul.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Pouco azul também. Esses papagaios existem lá na Áustria?

O SR. JOHANN ZILLINGER – Não, na Áustria nunca um papagaio existe. A Áustria tem clima frio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não existe papagaio lá?

O SR. JOHANN ZILLINGER – Não existe papagaio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor tem papagaio na Áustria, não tem?

O SR. JOHANN ZILLINGER – Eu tenho. Eu (*ininteligível*) criador ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas como que na Áustria não tem papagaio e o senhor tem papagaio?

O SR. JOHANN ZILLINGER – Papagaios importados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Importados do mundo todo?

O SR. JOHANN ZILLINGER – De todo o mundo pode importado. Só não do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Do Brasil também tem?

O SR. JOHANN ZILLINGER – Também tem, não é...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quais são as espécies que o senhor tem lá na Áustria?

O SR. JOHANN ZILLINGER – Todas as espécies existem na Áustria, em toda a Europa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim, mas o senhor... Não estou falando da Europa, estou falando na sua..., seu.

SR. JOHANN ZILLINGER – Minha coleção 90% de papagaios da Indonésia, da África, poucas coisas do Brasil, do Suriname...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas tem do Brasil?

O SR. JOHANN ZILLINGER – Do Brasil, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quais papagaios o senhor já tem lá na Áustria que são brasileiros. Nós estamos aqui na questão do território brasileiro.



O SR. JOHANN ZILLINGER – Tenho papagaio verdadeiro. Pode falar nome científico?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Pode falar nome científico.

O SR. JOHANN ZILLINGER – Eu tenho *ara hyacinthinus*, *ara macao*, *ara caninde*, *amazona aestiva*, *amazona rhodocoryta*, *amazona brasilienses*, *pionus maximiliani*, *pionus menstrus*, *pyrrhura perlata*, *pyrrhura rodocephala*, *pyrrhura picta picta*, *pyrrhura picta ema*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – São essas as espécies que o senhor tem?

O SR. JOHANN ZILLINGER – As espécies do Brasil, com documento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Com documento?

O SR. JOHANN ZILLINGER – Com documento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Com documento. Esses documentos estão na Áustria?

O SR. JOHANN ZILLINGER – Não. Documentos internacionais. Com microchip, com teste de DNA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Teste de DNA. Lá na Áustria é obrigatório o teste de DNA?

O SR. JOHANN ZILLINGER – Na Áustria tem todo criadores você fala, você criar dois papagaios, precisa você ter pai e mãe, precisa também de pai e de mãe, como se chama, vovô, em português, como se chama, e o seu filho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É gerações.

O SR. JOHANN ZILLINGER – Sim, precisa você ter três gerações para liberar documentação, nome de documentação possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas o DNA é necessário?

O SR. JOHANN ZILLINGER – Esse é de Estado, esse não pode manipulado nada. Esse de DNA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Certo. Tucano. O senhor tem tucano?

O SR. JOHANN ZILLINGER – Tucano também. Tucano não precisa de documentação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Lá na Áustria não precisa?



O SR. JOHANN ZILLINGER - Tucano importado do Suriname.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Do Suriname? Do Suriname não precisa, você pega e leva?

O SR. JOHANN ZILLINGER – Não, não, no Suriname tem uma exportação de Estado (*ininteligível*). Todo ano chega 50 mil bichos de Suriname na Europa, com documento. De natureza, não de criar, de natureza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – De natureza? Documentos de natureza?

O SR. JOHANN ZILLINGER – Sim. Também British Guiana, Honduras, Argentina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor, quando foi preso, o senhor disse que não era a primeira vez que o senhor fazia isso.

O SR. JOHANN ZILLINGER – Não. Eu tenho esse tráfico uma vez no Rio de Janeiro, quando agora segunda vez em Fortaleza. Uma vez....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quer dizer, o senhor fez esse tráfico já uma vez no Rio de Janeiro. Uma vez só?

O SR. JOHANN ZILLINGER – Uma vez só.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quem são as pessoas que o senhor conhece no Rio de Janeiro?

O SR. JOHANN ZILLINGER – Olha, senhores, eu conheço muitas pessoas de problema de tráfico, não de tráfico internacional, de problema de tráfico de Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Problema interno, não é?

O SR. JOHANN ZILLINGER – Interno do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor conhece essas pessoas todas?

O SR. JOHANN ZILLINGER – Eu conheço muitas pessoas e eu não falo nomes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor fala os nomes?

O SR. JOHANN ZILLINGER – Não falo os nomes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor não fala nomes. Por que o senhor não fala nomes?



O SR. JOHANN ZILLINGER – Eu preso sexta-feira, 9 — 21h de noite. Sábado de manhã chama minha esposa, ela não é brasileira, na casa, fechar sua boca, não abre sua boca, não fale o nome.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor foi ameaçado, foi isso? O senhor foi ameaçado para não dizer?

O SR. JOHANN ZILLER – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor já foi preso alguma vez em Curitiba?

O SR. JOHANN ZILLER – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Nunca foi preso em Curitiba?

O SR. JOHANN ZILLER – Nunca. Uma vez preso no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor tem quantos processos no Brasil?

O SR. JOHANN ZILLINGER – Nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Só esse?

O SR. JOHANN ZILLINGER – Só esse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mais nenhum?

O SR. JOHANN ZILLINGER – Nenhum problema de nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A vez que o senhor foi no Rio de Janeiro com tráfico, levando ovos também, o senhor levou o que para lá?

O SR. JOHANN ZILLINGER – Olha, no Rio de Janeiro é uma coisa obscura. No Rio de Janeiro eu comprar com uma organização de... Como se chama esse...

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – INFRAERO.

O SR. JOHANN ZILLINGER – Com uma organização de INFRAERO, com grande vendedoras de bichos no Brasil. Eles vendem essas coisas para mim organizado, essas coisas no meu hotel, em Copacabana. Tira, vende mil dólares; cinco minutos mais tarde, chega polícia, IBAMA, Polícia Federal, também *O Globo*, denuncia-me, pega-me.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas o senhor devia ser pego mesmo. O senhor acha isso errado? O senhor devia ser pego mesmo, o senhor estava fazendo uma coisa errada.



O SR. JOHANN ZILLINGER – Eles vendem para mim...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim, mas o senhor acha isso errado? O senhor acha ruim isso, o senhor ter sido preso?

O SR. JOHANN ZILLINGER – Sim, isso é uma coisa ruim. Elas denunciaram-me. Para mim, pequeno bicho pega; para um grande traficante pode sair no mesmo dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Existia outro traficante...

O SR. JOHANN ZILLINGER – ... saída esse dia com cem bichos, e me pega com 20 bichos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim, mas cem ou vinte é a mesma coisa, um crime. Se fosse um só era um crime também.

O SR. JOHANN ZILLINGER – Sim, é igual. É um crime se eu tenho um bicho e é um crime se eu tenho 100 bichos. Esse mesmo crime. Só elas denunciam um crime pequeno (*ininteligível*) um crime grande é mais dinheiro para elas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E estava lá em Copacabana também esse que levou os cem pássaros?

O SR. JOHANN ZILLINGER – Não; não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não estava em Copacabana? Estava onde esse cara?

O SR. JOHANN ZILLINGER – No Rio pode levar um contêiner com duzentos bichos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Contêiner por avião, lógico, através de um esquema que o senhor falou da INFRAERO.

O SR. JOHANN ZILLINGER – Essa saída não na Europa. De INFRAERO.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Existe um esquema na INFRAERO?

O SR. JOHANN ZILLINGER – Sim. Esses não saíram na Europa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É grande esse esquema na INFRAERO?

O SR. JOHANN ZILLINGER – Eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Esses bichos não saíram na Europa, foram para onde, o senhor sabe?



O SR. JOHANN ZILLINGER – Esses saíram na Indonésia, nas Filipinas, no México, no Peru.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Nas Filipinas...

O SR. JOHANN ZILLINGER – México, Argentina e Peru.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E Peru? Mas o Peru é aqui do lado, por que eles saíram...

O SR. JOHANN ZILLINGER – Porque esse mesmo sistema no Brasil. No Brasil só é proibido bichos endêmicos do Brasil. Bichos do Brasil, proibido aqui. É preciso autorização do IBAMA. Coisas de fora...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Exóticos, que se chama exóticos.

O SR. JOHANN ZILLINGER – Exóticos, de fora, aqui não precisa de documentação.

(Intervenção ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não, não entra. No Brasil, por exemplo, não pode agora. Nesse momento agora não pode. O senhor sabe que nesse momento não pode entrar bicho no Brasil?

O SR. JOHANN ZILLINGER – Eu sei...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor conhece bem legislação, não é? Legislação brasileira? Quem foi que ensinou isso para o senhor?

O SR. JOHANN ZILLINGER – Não, você não entende o que eu quero falar. Aqui precisa autorização do IBAMA para só coisas endêmicas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim. O senhor é austríaco. Isso aqui é uma coisa que o brasileiro sabe, não o austríaco sabe.

O SR. JOHANN ZILLINGER – O austríaco sabe também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O austríaco sabe. O mundo sabe também?

O SR. JOHANN ZILLINGER – Todo mundo sabe também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Todas as pessoas que lidam com animais?



O SR. JOHANN ZILLINGER – Todos os criadores, como todos traficantes, todos vendedores, todas as pessoas que têm bichos em casa sabem que isso é proibido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E, na Áustria, quantas pessoas têm como o senhor, hein? Exatamente como o senhor, que levam animais ou que têm animais, que tem criadouros lá na Áustria. São muitos?

O SR. JOHANN ZILLINGER – Na Áustria tem mais ou menos 10 mil criadores registrados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Dez mil criadores? O tamanho da Áustria é do tamanho da Bahia, mais ou menos? A Áustria é menor que a Bahia?

O SR. JOHANN ZILLINGER – Não, não; a Áustria é muito pequena, tem mais na Suíça, Inglaterra, Alemanha, França, Itália.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas na Áustria tem 10 mil registrados?

O SR. JOHANN ZILLINGER – Sim, é pequeno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Todos eles têm animais brasileiros, o senhor sabe?

O SR. JOHANN ZILLINGER – Não. Na Áustria não existe especial para uma espécie, é tudo misturado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Existe todas as misturas. O criadouro que tem lá tem tudo não é?

O SR. JOHANN ZILLINGER – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Tem todos os tipos. Mas todos eles têm brasileiros também, porque é mais endêmico, os brasileiros.

O SR. JOHANN ZILLINGER – Não, bichos brasileiros tem menos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Tem menos? O senhor conhece todos, não é, porque há uma troca de informações. Todos usam o mesmo esquema que o senhor usou, o mesmo fornecedor, o mesmo esquema da INFRAERO? Todos eles usam a mesma coisa?

O SR. JOHANN ZILLINGER – Não, não, não. Na Áustria criar verdade



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Se o senhor fosse preso, em vez de no aeroporto do Ceará, em Fortaleza, se o senhor fosse preso na Áustria, com os ovos que o senhor estava levando, o senhor não seria preso?

O SR. JOHANN ZILLINGER – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Pode entrar com qualquer coisa lá.

O SR. JOHANN ZILLINGER – Eles me pegam. Eu preso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Preso o quê, vão te cobrar? O senhor vai pagar?

O SR. JOHANN ZILLINGER – Só pago fiança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quer dizer, depois que o senhor estivesse no aeroporto, o senhor podia tirar os ovos e levar na mão?

O SR. JOHANN ZILLINGER – Não, eles morrem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim, mas se não houvesse esse negócio da chocadeira humana, que era o termo que o senhor usou, que o senhor usava na cueca, para continuar na temperatura do corpo, não é? Mas se não houvesse isso, o senhor podia levar na mão e entrar na Áustria, não podia?

O SR. JOHANN ZILLINGER – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Paga quanto para entrar? Paga quanto por ovo? O senhor pagaria quanto mais ou menos por ovo?

O SR. JOHANN ZILLINGER – Não. Eu comprei esses ovos não para mercadoria, eu comprei esses ovos para criar, para fresco sangue.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Para?

O SR. JOHANN ZILLINGER – Para criar, para fresco sangue.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ah, sangue, por causa da questão da genética. Existem poucos...

O SR. JOHANN ZILLINGER – Na Áustria, tem muito “invalidos”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Porque acontecem os inválidos. Então o senhor ia misturar mais a questão genética.

O SR. JOHANN ZILLINGER – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Isso é pirataria mesmo, biopirataria.



O SR. JOHANN ZILLINGER – Para isso, eu levar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Se o senhor... se eu tivesse aqui no Brasil... Vamos fazer o contrário. É proibido tirar animais endêmicos da Áustria? Exportar animais endêmicos da Áustria, como no Brasil? Papagaio, aqui no Brasil, é proibido porque é endêmico. Na Áustria também é a mesma coisa, existem animais que não podem ser tirados da Áustria?

O SR. JOHANN ZILLINGER – Sim, pode. Com os documentos para criar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim, mas sem documento.

O SR. JOHANN ZILLINGER – Sem documento não possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não possível. Se o senhor fosse preso tirando animais da Áustria, qual seria a sua pena lá na Áustria?

O SR. JOHANN ZILLINGER – Não entendo isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor foi preso aqui no Brasil tirando animais brasileiros.

O SR. JOHANN ZILLINGER – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E se o senhor fosse preso na Áustria tirando animais austríacos para trazer para o Brasil. O senhor foi preso no aeroporto.

O SR. JOHANN ZILLINGER – Não preso, só pago fiança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor paga fiança depois tem o processo.

O SR. JOHANN ZILLINGER – Não, não tem processo. Só fiança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É parecido aqui. Só uma multa.

O SR. JOHANN ZILLINGER – Uma multa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor deu na reportagem o nome de uma pessoa lá do Rio de Janeiro, inclusive com telefone, quando o senhor foi preso. No momento de depoimento na Polícia Federal, o senhor deu o nome de uma pessoa que trabalha, lá de Duque de Caxias, que então seria esse o grande, um dos que fazem o tráfico interno. Um dos que o senhor coloca, inclusive, um dos grandes traficantes do Brasil. Qual o nome dele?

O SR. JOHANN ZILLINGER – Não entendo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Duque de Caxias.

O SR. JOHANN ZILLINGER – Duque de Caxias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Qual o nome dele?

O SR. JOHANN ZILLINGER – De tráfico?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É.

O SR. JOHANN ZILLINGER – Eu conheço quinze traficantes de Duque de Caxias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quinze traficantes. O senhor colocou o nome de um aqui.

O SR. JOHANN ZILLINGER – Eu não quero falar o nome.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas o senhor já falou. Não tem problema, o senhor já falou. Deixa eu pegar aqui, essa reportagem. O senhor já falou aqui o nome. Qual o nome?

O SR. DEPUTADO BADU PICANÇO – Sr. Presidente, um aparte.

(Não identificado) – Dalmo Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Dalmo Rodrigues.

O SR. JOHANN ZILLINGER – Ele não é austríaco. Ele é brasileiro. Ele viaja comigo com ovos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ele também estava com ovos.

O SR. JOHANN ZILLINGER – Ele agora preso na Fortaleza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Deputado Badu.

O SR. DEPUTADO BADU PICANÇO – Sr. Presidente, gostaria de sugerir. Será que ele não ficaria mais à-vontade se nós fizéssemos uma reunião fechada para não deixar divulgar. Nós não iríamos divulgar para a imprensa, para preservar sua esposa. Ele ficaria mais à-vontade para colaborar com a gente, com o nosso trabalho e colaborar, sem dúvida nenhuma, até com...

O SR. JOHANN ZILLINGER – Esse senhor Dalmo Rodrigues, ele não é traficante do Rio de Janeiro. Eu conheço ele. Ele é um taxista do Espírito Santo, de Vitória. Eu deixo para ele, eu não pode, todo ovo seguro transporte no meu corpo. Muitos ovos ficando para criar. Eu não comprar ovos para matar esse bicho, para isso eu pago para ele transportar essas coisas para mim para a Europa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Isso seria uma proposta para a Presidência mais no final.

O SR. DEPUTADO BADU PICAÑÇO – Tudo bem, mais no final.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor conhece o senhor Charles Moon. Charles Moon.

O SR. JOHANN ZILLINGER – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Carlinhos das Araras? o Sr. Galo? O senhor só tinha um fornecedor? Aqui no Brasil só tinha um fornecedor? Fornecedor. Quem lhe vendeu os ovos?

O SR. JOHANN ZILLINGER – Eu comprar esse na... como se chama, mercado, na feira...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Feira do Rolo que o pessoal trata, lá em Fortaleza.

O SR. JOHANN ZILLINGER – Em Fortaleza, com quatro pessoas. Elas deixam esse ovo na rodoviária. Falam, chegam na rodoviária, na companhia TRANSBRASIL ou para outras companhias. Chegam comigo e antes pagou 20% da conta onde elas deixam esse ovo, e eu olho, ovo vivo, eu pagou na saída.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor paga, pega o resto e está resolvido o problema.

O SR. JOHANN ZILLINGER – Sim. Elas antes falam para mim que nacionalidade; eles sabem se é ou não estrangeiro, que hotel você dorme, que possível eu para você chama. Ele chama, chega com táxi aqui. Pagou, saída.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O.k, não sei se o relator tem alguma pergunta, algum Deputado tem alguma pergunta. Depois a gente vai fazer uma proposta.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor falou que só por duas vezes o senhor veio no Brasil e levou ovos. O senhor também estava com animais, não estava, quando foi preso? O senhor estava com animais, araras, já chocados, vivos?

O SR. JOHANN ZILLINGER – Eu tenho cinco filhotes na minha casa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor tinha também algumas gaiolas.

(Não identificado) – *(Inaudível)* no aeroporto traficando, estava com animal vivo ou era só ovo?

O SR. JOHANN ZILLINGER – Não, elas criar em meu corpo. Eu tenho cinco filhotes, vivos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não, Sr. Johann, o senhor foi preso também com araras ou com papagaios?

O SR. JOHANN ZILLINGER – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Só os ovos.

O SR. JOHANN ZILLINGER – Só ovos. Eles chocam no meu corpo. Eu comprar ovos. Um ovo precisa vinte e oito dias para criar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor não sabe quantos dias tem, de repente nasce.

O SR. JOHANN ZILLINGER – Eu não sabe quantos dias esse ovo tem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É meio perigoso criar ovo na cueca.

O SR. JOHANN ZILLINGER – Eles tiram quando eles chocam no meu corpo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Bom, então a proposta do Deputado Badu Picanço, endossada por esta Presidência, é transformar imediatamente esta reunião em uma reunião secreta. Inclusive vamos solicitar à Polícia Federal que também tenha não o mesmo comportamento, mas a mesma discrição necessária a uma sessão secreta da Câmara dos Deputados do Brasil. Só para esclarecer, apenas Parlamentares podem ficar. Só Parlamentares, sem som. O som vai ser desligado tão logo vocês se levantem e as portas, por favor, serão conferidas pela Secretaria da Casa. Serão fechadas. A própria Polícia Federal também pode se retirar.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Pode deixar, não se preocupa que nós vamos ficar olhando aqui. Eu estou atrás de um gringo há muito tempo, rapaz, não se preocupa com isso não. Vamos suspender agora a sessão para a realização da sessão secreta e a sessão será reaberta logo em seguida.



(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Apesar da falta de colaboração da testemunha aos trabalhos desta CPI, faço questão que a Secretaria desta Casa, desta CPI, encaminhe ofício agradecendo o atendimento rápido por parte do Diretor da Polícia Federal do Estado do Ceará, citando inclusive o nome dos policiais que vieram acompanhar o senhor... o seu nome, a gente tem uma certa dificuldade, e o senhor com a nossa língua: Johann Zillinger. Sr. Johann, o senhor já está dispensado. Amanhã esta CPI estará em Porto Seguro com algumas diligências específicas sobre o tema que foi criado, e na quinta-feira o dia inteiro teremos audiência pública na cidade de Eunápolis. Na Câmara de Vereadores, na cidade de Eunápolis, o dia inteiro, inclusive já com várias pessoas... Eu vou solicitar inclusive ao Deputado Asdrubal que me ajude para que seja rápido e objetivo, porque são muitas pessoas a serem ouvidas. Também destacando aqui a presença do Deputado Edson Duarte, que é Deputado Estadual pelo PV, que dia 1º de fevereiro estará na Câmara Federal, eleito que foi Deputado pelo Estado da Bahia. Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Queria apenas alertar a Presidência para o fato de que quanto menor o local mais acirrados os ânimos. Isso é normal na política, nós estamos acostumados a isso e vai ser normalíssimo nessa audiência. Prepare-se para uma oposição radical até de autoridades locais com relação aos trabalhos da CPI. Estou informado, por fontes oficiais, de que talvez até o próprio Prefeito e a Câmara de Vereadores estejam se opondo à atuação desta CPI porque, de certa maneira, é uma forma de circular dinheiro lá naquele pequeno Município. Com isso, eles querem tentar, de qualquer forma, dificultar o nosso trabalho, mas, certamente, com a competência de V.Exa., vamos tirar isso de letra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quero agradecer-lhe essa questão de competência, é bondade sua. Mas, com a habilidade do Deputado Asdrubal Bentes, com certeza, conseguiremos passar por cima dessas dificuldades. E a única maneira que nós temos, específica, de saber se isso vai acontecer é indo. Eunápolis está nos esperando. Aqui vai o nosso recado àquele povo maravilhoso, às



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

COM REDAÇÃO FINAL

Nome: CPI - Tráfico de Animais e Plantas Silvestres

CPI - Tráfico de Animais e Plantas Silvestres

Número: 0008/03

Data: 07/01/03

autoridades competentes de Eunápolis: lá estaremos, doa a quem doer. Nada mais havendo a tratar, dou por encerrados os trabalhos.